



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 110/2020/GME-ME

Brasília, 17 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador SÉRGIO PETECÃO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 89 (SF), de 20.02.2020, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 500/2019, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle de Defesa do Consumidor, que requer “informações sobre a matéria versada no Acórdão n 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3)”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação da Comissão, cópia da Nota Técnica 7179 (6685871), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Atenciosamente,

PAULO GUEDES  
Ministro de Estado da Economia





Nota Técnica SEI nº 7179/2020/ME

**Assunto: Requerimento de Informação do Senado – RIS nº 500/2019, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, que solicita informações sobre a matéria versada no Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de Estados, Municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).**

## **I - SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se do **Requerimento de Informação nº 500/2019 - SF, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor**, em que são solicitadas informações sobre a matéria versada no Acórdão 2973/2016 – TCU – Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos regimes próprios de previdência social de Estados, Municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).
2. Conforme informações extraídas do sítio do Senado Federal nesta data, **o requerimento foi aprovado em 12/2/2020.**

## **II - ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES**

3. Diversos Requerimentos de Informação, dirigidos ao Ministro de Estado da Economia, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, têm sido encaminhados à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho para produção dos dados técnicos necessários à sua resposta.
4. Trata-se de demandas que, em sua maioria, relacionam-se à Proposta de Emenda Constitucional nº 6/2019, relativa a um dos pilares da Nova Previdência, matéria encaminhada em fevereiro de 2019 ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.
5. Nesse contexto, registre-se que todas as manifestações técnicas que fundamentaram a PEC nº 06/2019 encontram-se disponíveis na página da Previdência Social na Internet, no seguinte endereço <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/>.
6. Feito o breve relato, prossegue-se com as respostas a cada um dos esclarecimentos solicitados no RIS nº 500/2019.

## **III - ANÁLISE**

7. A seguir, são apresentadas as informações solicitadas em cada um dos tópicos do Requerimento de Informação nº 500/2019 – SF:

**"1) Estimativa do impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, no conjunto dos regimes próprios de Estados e Municípios, nos 10 primeiros anos de sua vigência,**

**tanto em valores absolutos quanto em relação à receita corrente líquida (RCL);”**

8. A estimativa do impacto fiscal da PEC nº 6/2019, em valores absolutos, no conjunto dos regimes próprios de Estados e Municípios, nos 10 primeiros anos de sua vigência consta dos seguintes arquivos disponibilizados pela Secretaria de Previdência em <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/transparencia-nova-previdencia/>, na seção “Dados, Metodologias e Estudos – Impactos PEC nº 06/2019”, subseção “RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios”.

9. Para o cálculo, em percentual da Receita Corrente Líquida, dos impactos a que se refere os arquivos acima, os dados relativos a RCL dos entes federativos podem ser obtidos no sítio [siconfi.tesouro.gov.br](http://siconfi.tesouro.gov.br) (no menu "Consultas", selecione a opção "Consultar FINBRA" > "RREO" e assinale as opções desejadas de exercício, periodicidade, período, escopo, anexo (neste caso o "Anexo 03 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida") e tabela.

**“2) Quantidade, valor médio e idade média de aposentadorias e pensões concedidas anualmente nos Estados e Municípios, com segregação para professores, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares.”**

10. A informação acerca da quantidade, valor médio e idade média de aposentadorias e pensões concedidas anualmente nos Estados e Municípios está disponível no suplemento relativo ao serviço público do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), no endereço [http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/aeps2017\\_supserpub-1.pdf](http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/12/aeps2017_supserpub-1.pdf).

11. Observe-se que as informações não estão disponíveis nos níveis de desagregação pretendidos pelo interessado.

#### **IV - CONCLUSÃO**

12. São essas as informações para resposta ao Requerimento de Informação nº 500/2019 - SF, de autoria da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

13. Ao Gabinete da Secretaria de Previdência e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, para apreciação, sugerindo-se o retorno dos autos à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro, para as providências necessárias relacionadas ao encaminhamento de resposta ao Senado Federal.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

**DAVID PINHEIRO MONTENEGRO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

#### **SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

1. De acordo.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Documento assinado eletronicamente

**ALEX ALBERT RODRIGUES**

Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

**NARLON GUTIERRE NOGUEIRA**

Secretário de Previdência

Documento assinado eletronicamente

**BRUNO BIANCO LEAL**

Secretário Especial de Previdência e Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **David Pinheiro Montenegro, Auditor(a) Fiscal**, em 27/02/2020, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allex Albert Rodrigues, Subsecretário(a) dos Regimes Próprios de Previdência Social**, em 05/03/2020, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Narlon Gutierre Nogueira, Secretário(a) de Previdência**, em 06/03/2020, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bianco Leal, Secretário(a) Especial de Previdência e Trabalho**, em 06/03/2020, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6685871** e o código CRC **5FFFEAA2**.